

# RELATÓRIO

Atividade e Contas

2021



## INDICE

RELATÓRIO DA ATIVIDADE.....	3
BALANÇO .....	5
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA.....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	7
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO.....	8
ANEXO .....	9
1. Identificação da Entidade .....	9
1.1 Denominação da Entidade:.....	9
1.2 Lugar da Sede Social:.....	9
1.3 Natureza da atividade:.....	9
2. Referencial Contabilístico e Preparação das Demonstrações Financeiras .....	9
2.1 Referencial Contabilístico:.....	9
2.2 Indicação e justificação das disposições da NC para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas DF.....	10
2.3 Indicação e comentário das contas do Balanço e da DR cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.....	10
3. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros .....	10
3.1 Principais políticas contabilísticas:.....	10
a) Bases gerais de mensuração:.....	10
b) Principais pressupostos subjacentes:.....	11
3.2 Alterações nas Políticas Contabilísticas.....	12
3.3 Alteração nas estimativas contabilísticas.....	13
3.4 Correção de erros de períodos anteriores.....	13
4. Ativos Fixos Tangíveis.....	13
5. Ativos Fixos Intangíveis.....	14
6. Participações Financeiras.....	14
7. Imparidades em Ativos Fixos.....	15
8. Custo de Empréstimos Obtidos.....	15
9. Inventários .....	16
10. Ativos e Passivos financeiros.....	16

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

10.1	Créditos a receber .....	17
10.2	Diferimentos.....	17
10.3	Outros ativos correntes.....	17
10.4	Instrumentos de capital próprio de outras entidades.....	17
10.5	Caixa e depósitos bancários.....	18
10.6	Fornecedores e outras contas a pagar.....	18
10.7	Financiamentos obtidos .....	18
10.8	Outros passivos correntes.....	18
11.	Rendimentos e Gastos .....	19
11.1	Rendimentos.....	19
11.2	Gastos .....	19
12.	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	20
13.	Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	20
14.	Instrumentos Financeiros .....	20
15.	Benefícios de empregados.....	21
16.	Acontecimentos após a data do balanço.....	21
17.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	21
18.	Outras Notas às Demonstrações Financeiras.....	22
19.	Outras Divulgações .....	22

## RELATÓRIO DA ATIVIDADE

Em conformidade com os Estatutos, a Direção do CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CAIDE DE REI (CSP), doravante somente CSP, apresenta o Relatório de Atividades, Contas e Parecer do Conselho Fiscal referentes ao período económico findo em 31 de dezembro de 2021.

O ano de 2021, a par do que já foi o ano de 2020, foi especialmente marcado pela pandemia COVID-19, que assolou o nosso país e o mundo em geral, mas agora com o renascer da esperança face à evolução da vacinação.

O CSP desenvolveu a valência CATL (Centro de Atividades de Tempos Livres) até abril de 2021, ao abrigo de um acordo de cooperação com a Segurança Social, e as atividades do “*Movimento Sénior*” em colaboração com a Rede Social de Lousada.

A par da sua atividade normal, o CSP conclui o Programa de Capacitação para o Investimento Social (POISE-03-4639-FSE-000509), com início em novembro de 2019 e conclusão em abril de 2021, que contou com um apoio a título de subsídio não reembolsável para compensar o *deficit* de exploração associado.

Em finais de abril de 2021 o CSP renunciou ao protocolo do CATL com o Instituto de Segurança Social, mantendo a atividade do “*Movimento Sénior*”.

Face aos desenvolvimentos do controlo da pandemia COVID-19, muito influenciados pela taxa de vacinação, e em estrita obediência às regras emanadas pelas autoridades públicas, julgou-se adequado reiniciar o movimento sénior em meados do mês de setembro de 2021 (após estar suspenso desde março de 2020).

A principal fonte de rendimentos do CSP são os Subsídios à Exploração que, no período de 2021, superaram os 26,3 mil euros, registando uma quebra de 16,4 mil euros face ao período anterior (que foi de cerca de 42,7 mil euros).

Foi ainda obtido um rendimento de 3,6 mil euros a título de donativos que, comparativamente ao ano de 2020, registaram uma quebra de 6,4 mil euros.

Os *Fornecimentos e Serviços Externos* ascenderam a 13,8 mil euros, registando uma redução de 4,3 mil euros face ao período anterior, em muito relacionada com a menor atividade associada à execução do programa POISE.

Os gastos com o pessoal ascenderam a 12,3 mil euros porque, a que corresponde um decréscimo superior a 17 mil euros, justificado com a rescisão do contrato de colaboradores associada à resolução do protocolo CATL com a Segurança Social.

Foi apurado um Resultado Líquido positivo de 4.453,06€, que se consubstancia numa redução de quase 2 mil euros face ao período de 2020. Relewa o facto o CSP apurar resultados positivos em dois períodos consecutivos, numa inversão clara face aos resultados negativos dos períodos antecedentes.

No final do ano de 2021 foi subscrito um contrato de remissão de dívida com o credor “*Paróquia de Caide de Rei*”, em que esta reconheceu a remissão da dívida do CSP no montante de 13,3 mil euros, a reconhecer em Resultados Transitados a título de cobertura de prejuízos.

Da conjugação do contrato de remissão de dívida com os resultados positivos apurados nos dois últimos anos, foi possível reverter a Situação Líquida negativa, encontrando-se agora o CSP com Capitais Próprios positivos.

No início do ano de 2021 o CSP viu aprovado um projeto para a construção de uma creche, no âmbito de uma candidatura junto da Segurança Social ao programa PARES, mas a situação financeira do CSP não lhe permitiu ter os fundos próprios necessários para avançar com o projeto, nem os obter externamente, acabando por prescindir do projeto, mas procurando que outra entidade o acolhesse para salvaguardar a resposta social para a paróquia de Caide de Rei. Durante o ano de 2021 consumou-se a transferência do projeto a favor da ACIP – Ave Cooperativa de Intervenção Psicossocial CRL.

O projeto foi acolhido pela *ACIP – Ave Cooperativa de Intervenção Psicossocial CRL*, estando o processo de transferência concluído a favor desta entidade.

Durante o mês de novembro o CSP submeteu uma candidatura, no âmbito do programa PROCOOP, visando a obtenção de protocolo com a Segurança Social para a Valência de Serviço de Apoio ao Domicílio, aguardando o resultado.

Terminamos com um agradecimento a todos quantos estiveram envolvidos na atividade do CSP durante o período de 2020, designadamente os utentes, os colaboradores, os fornecedores, a Paróquia de Caide de Rei e as entidades oficiais.

**BALANÇO**  
**31 de dezembro de 2021**

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	4	0,00	0,00
Ativos Intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	6	10,19	416,62
		<b>10,19</b>	<b>416,62</b>
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	9	0,00	0,00
Créditos a Receber	10.1	0,00	0,00
Diferimentos	10.2	115,71	428,78
Outros Ativos Correntes	10.3	121,24	22 280,03
Caixa e Depósitos Bancários	10.5	8 256,81	9 381,34
		<b>8 493,76</b>	<b>32 090,15</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>8 503,95</b>	<b>32 506,77</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos		0,00	0,00
Resultados Transitados	3.4	( 1 307,75)	( 23 628,99)
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais		0,00	0,00
Resultado Líquido do Período		4 453,06	6 245,73
<b>Total dos Fundos Patrimoniais</b>		<b>3 145,31</b>	<b>( 17 383,26)</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não Corrente</b>			
Provisões	12	0,00	0,00
Financiamentos Obtidos	10.7	0,00	0,00
Outras Dívidas a Pagar	10.8	0,00	0,00
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	10.6	1 511,95	13 935,91
Estado e Outros Entes Públicos	10.8	0,00	548,78
Financiamentos Obtidos	10.7		
Diferimentos	10.2	0,00	10 000,00
Outros Passivos Correntes	10.8	3 846,69	25 405,34
		<b>5 358,64</b>	<b>49 890,03</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>5 358,64</b>	<b>49 890,03</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>		<b>8 503,95</b>	<b>32 506,77</b>

*Handwritten signature and initials*

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA**  
**Exercício económico de 2021 (01-01-2021 a 31-12-2021)**

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		2021	2020
Vendas e Serviços Prestados	11.1	742,50	2 638,75
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	13	26 325,65	42 768,99
Variação nos Inventários de Produção	9	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas	9	0,00	0,00
Fornecimentos e Serviços Externos	11.2	( 13 790,09)	( 18 142,52)
Gastos com o Pessoal	15	( 12 364,38)	( 30 454,60)
Imparidades de Dividas a Receber	10.1	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	12	0,00	0,00
Aumentos/reduções do justo valor		0,00	0,00
Outros Rendimentos	11.1	3 856,50	10 000,00
Outros Gastos		( 317,12)	( 437,51)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>4 453,06</b>	<b>6 373,11</b>
Gastos/reversões de Depreciação e Amortização	4-5	0,00	( 127,38)
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>4 453,06</b>	<b>6 245,73</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	6-11	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares suportados	10.7	0,00	0,00
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>4 453,06</b>	<b>6 245,73</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado liquido do período</b>		<b>4 453,06</b>	<b>6 245,73</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**Exercício económico de 2021 (01-01-2021 a 31-12-2021)**

RUBRICAS	Notas	PERIODOS	
		2021	2020
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		742,50	2 638,75
Pagamentos a fornecedores		( 23 084,02)	( 7 246,53)
Pagamentos ao pessoal		( 20 829,42)	( 30 547,61)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>		<b>( 43 170,94)</b>	<b>( 35 155,39)</b>
Outros recebimentos relativos à atividade operacional		38 686,18	24 580,10
Outros pagamentos relativos à atividade operacional		( 859,90)	( 437,51)
<b>Fluxo das atividades operacionais [1]</b>		<b>( 5 344,66)</b>	<b>( 11 012,80)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Investimentos Financeiros		406,43	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
		<b>406,43</b>	<b>0,00</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Investimentos Financeiros		0,00	( 66,57)
Outros ativos		0,00	0,00
		<b>0,00</b>	<b>( 66,57)</b>
<b>Fluxo das atividades de investimento [2]</b>		<b>406,43</b>	<b>( 66,57)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Doações		3 813,70	10 000,00
Outras Operações de Financiamento		0,00	9 920,97
		<b>3 813,70</b>	<b>19 920,97</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Fluxo das atividades de financiamento [3]</b>		<b>3 813,70</b>	<b>19 920,97</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [1]+[2]+[3]</b>		<b>( 1 124,53)</b>	<b>8 841,60</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		9 381,34	539,74
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>8 256,81</b>	<b>9 381,34</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**  
Exercício econômico de 2021 (01-01-2021 a 31-12-2021)

Descrição	Notas	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-MÃE					Total
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras Variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do período	
<b>Posição no início do período</b>	<b>1</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>( 23 628,99)</b>	<b>0,00</b>	<b>6 245,73</b>	<b>( 17 383,26)</b>
<b>Alterações no período</b>							
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	3.4	0,00	0,00	8 974,32	0,00	( 6 245,73)	2 728,59
<b>Resultado Líquido do período</b>	<b>2</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 974,32</b>	<b>0,00</b>	<b>( 6 245,73)</b>	<b>2 728,59</b>
<b>Resultado integral</b>	<b>3</b>					<b>4 453,06</b>	<b>4 453,06</b>
	<b>4=2+3</b>					<b>( 1 792,57)</b>	<b>7 181,65</b>
<b>Operações com instituidores no período</b>							
Fundos/Resultados Transitados	18	0,00	0,00	13 346,92	0,00	0,00	13 346,92
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Posição no fim do período</b>	<b>5</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13 346,92</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13 346,92</b>
	<b>6=1+2+3+5</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>( 1 307,75)</b>	<b>0,00</b>	<b>4 453,06</b>	<b>3 145,31</b>

*Ass*  
*Luiz*  
*Luiz*

## ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

### 1. Identificação da Entidade

#### 1.1 Denominação da Entidade:

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CAIDE DE REI, doravante somente CSP.  
NIPC: 513087613

#### 1.2 Lugar da Sede Social:

Av. Padre Fernando Da Cunha Carvalho, N° 75, 4620-073 Cide De Rei  
Endereço eletrónico: [cspcaidederei0@gmail.com](mailto:cspcaidederei0@gmail.com)

#### 1.3 Natureza da atividade:

Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) sem fins lucrativos – Outras Atividades de Apoio Social sem Alojamento.

O CSP é uma pessoa jurídica canónica de natureza pública, sujeita em Direito Canónico de obrigações e de direitos consentâneos com a índole de instituto da Igreja Católica.

É uma pessoa coletiva religiosa e uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) da Igreja Católica, devidamente inscrita no competente registo das IPSS, registada no livro n.º 6 das Fundações de Solidariedade Social, sob o n.º 16/06, folha 148 verso, regendo-se pelas disposições dos Estatutos das IPSS e demais normas aplicáveis, no respeito pelas disposições da Concordata.

Na sua atividade de Centro Atividades de Tempos Livres, o Centro acolheu crianças e jovens de diversas idades, apoiando ainda os idosos através das atividades do “movimento sénior”.

### 2. Referencial Contabilístico e Preparação das Demonstrações Financeiras

#### 2.1 Referencial Contabilístico:

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo o referencial contabilístico próprio, a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo - NCRF-ESNL, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, revisto pelo Decreto Lei n° 98/2015, de 2 de junho, e no Aviso n° 218/2015 de 27 de julho, conforme o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

## **2.2 Indicação e justificação das disposições da NC<sup>1</sup> para as ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas DF<sup>2</sup>.**

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos consoante as disposições do SNC-ESNL em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta.

Os pressupostos subjacentes, as características qualitativas das Demonstrações Financeiras e as normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação.

É nossa convicção que as contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam.

Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

## **2.3 Indicação e comentário das contas do Balanço e da DR<sup>3</sup> cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.**

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020, incluídas nas presentes Demonstrações Financeiras, para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2021.

## **3. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros**

### **3.1 Principais políticas contabilísticas:**

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo CSP na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos apresentados.

#### **a) Bases gerais de mensuração:**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade, tomando por base o custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, conforme as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

<sup>1</sup> Normalização Contabilística

<sup>2</sup> Demonstrações Financeiras

<sup>3</sup> Demonstração dos Resultados

Os ativos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa paga, ou pelo justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição.

Os passivos são registados pela quantia de caixa, ou de equivalentes de caixa, que se espera pagas para satisfazer o passivo no decurso normal dos negócios.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros.

## **b) Principais pressupostos subjacentes:**

### **i. Regime do acréscimo**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (e não quando caixa, ou equivalentes de caixa, sejam recebidos ou pagos), registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações Financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "*Devedores por acréscimos de rendimento*"; no que lhe concerne, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "*Credores por acréscimos de gastos*".

Os rendimentos ou os gastos, respetivamente recebidos ou pagos no período, mas atribuíveis a períodos seguintes, são reconhecidos em "*Diferimentos – Rendimentos/Gastos a reconhecer*".

### **ii. Pressuposto da continuidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, assumindo-se que a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

### **iii. Consistência de apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.

Desta forma pretende-se proporcionar informação fiável (livre de preconceitos), fidedigna e relevante para a avaliação e tomada de decisões económicas dos utentes.

#### **iv. Materialidade e agregação**

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.

A Entidade não definiu nenhum critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas dos utentes, tomadas com base nas demonstrações Financeiras.

#### **v. Compensação**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

#### **vi. Comparabilidade**

As políticas contabilísticas e os critérios de reconhecimento mensuração adotados a 31 de dezembro de 2021 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras do período anterior, permitindo comparar as Demonstrações Financeiras temporalmente, de modo a identificar tendências na sua posição financeira e desempenho.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas.

#### **vii. Eventos subsequentes**

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### **3.2 Alterações nas Políticas Contabilísticas**

As políticas contabilísticas adotadas nestas demonstrações financeiras são consistentes, em todos os aspetos materialmente relevantes, com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

### 3.3 Alteração nas estimativas contabilísticas

A informação das Demonstrações Financeiras não sofreu nenhum efeito decorrente da alteração das estimativas contabilísticas.

### 3.4 Correção de erros de períodos anteriores

O Resultado Líquido não se encontra influenciado por rendimentos ou gastos de períodos anteriores.

Foram efetuadas correções de gastos de períodos anteriores, mas, dada a sua materialidade, foram reconhecidas em Resultados Transitados (NCRF 4 - reexpressão retrospectiva).

A natureza e os valores das correções resumem-se no quadro seguinte:

Natureza da operação	Valor
Notas de Crédito do fornecedor de energia elétrica reconhecidas em 2021 para correção dos gastos reconhecidos em 2020.	2 228,59
Desreconhecimento de Passivo (fornecedores), de que resultou gasto com transportes, reconhecido no período de 2019, cuja obrigação não era da entidade.	500,00
Soma	2 728,59

Estas correções, na eventualidade de serem reconhecidas como rendimentos ou gastos do período, teriam influenciado positivamente o Resultado Líquido do período em 2.728,59€.

## 4. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade.

Os bens são depreciados de forma sistemática, desde o momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, consoante o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis, e método de amortização dos vários bens, são revistos anualmente. Os efeitos de alguma alteração a estas estimativas serão reconhecidos prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Eventuais mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis, são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, reconhecidas na demonstração dos resultados.

As quantias escrituradas no início e no fim de cada período, bem como os movimentos do período, são conforme o quadro seguinte:

	Rubricas	Outros AFT	
		2020	2019
1	Quantia escriturada inicial	1.019,25	1.019,25
2	Depreciações acumuladas iniciais	891,87	764,49
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais	0,00	0,00
4	Quantia Líquida escriturada inicial (1-2-3)	127,38	254,76
5	Movimentos do período (5.1-5.2)	-127,38	-127,38
5.1	<b>Total de adições</b>	0,00	0,00
	Aquisições	0,00	0,00
	Revalorizações	0,00	0,00
5.2	<b>Total diminuições</b>	127,38	127,38
	Depreciações	127,38	127,38
	Perdas por imparidade	0,00	0,00
6	Quantia escriturada final (4-5)	<b>0,00</b>	<b>127,38</b>

## 5. Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam controláveis pela entidade e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes consoante o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

A entidade não reconhece ativos fixos intangíveis.

## 6. Participações Financeiras

Os investimentos financeiros reconhecidos, de expressão insignificante nas entidades participadas, não permitem à entidade qualquer controlo ou influência, sendo tratados como instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros das entidades indicadas não são negociados publicamente, sendo mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Os movimentos do período de 2021 resume-se conforme o quadro seguinte:

	Rubricas	FCT <sup>4</sup>	FRSS <sup>5</sup>
1	Quantia escriturada inicial	406,43	10,19
2	Perdas por imparidade acumuladas iniciais	0,00	0,00
<b>3= 1-2</b>	<b>Quantia liquida escriturada inicial</b>	<b>406,43</b>	<b>10,19</b>
<b>4= 5-6</b>	<b>Movimentos do período</b>	<b>-406,43</b>	<b>0,00</b>
<b>5= 5,1+5,2+5,3)</b>	<b>Total de adições</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
5,1	Aquisições	0,00	0,00
5,2	Reversão de perdas por imparidade	0,00	0,00
5,3	Aumento do justo valor	0,00	0,00
<b>6= 6,1+6,2+6,3</b>	<b>Total diminuições</b>	<b>406,43</b>	<b>0,00</b>
6,1	Alienações	406,43	0,00
6,2	Perdas por imparidade	0,00	0,00
6,3	Redução do justo valor	0,00	0,00
<b>7= 3+4</b>	<b>Quantia liquida escriturada final</b>	<b>0,00</b>	<b>10,19</b>

No período de 2021 o FCT foi reembolsado na sequência do despedimento e indemnização dos colaboradores.

## 7. Imparidades em Ativos Fixos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos da entidade, para determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade.

Se existir algum indicador, é estimado a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) de modo a determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Não foram reconhecidas imparidades no final do período de 2021.

## 8. Custo de Empréstimos Obtidos

São capitalizados os custos com empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse

<sup>4</sup> Fundo de Compensação do Trabalho, a que se refere a Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro.

<sup>5</sup> Fundo de Reestruturação do Setor Solidário, a que se refere o Decreto-Lei n.º 165-A/2013, de 23 de dezembro, e Portaria n.º 31/2014 de 5 de fevereiro.

ativo, a contrário, outros custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto no período em que são obtidos.

No período de 2021 a entidade não capitalizou custos com empréstimos obtidos.

## 9. Inventários

Os “*Inventários*” são registados ao custo de aquisição.

O valor realizável líquido representa o preço de consumo deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder ao seu consumo.

Sempre que o valor de custo seja superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda de imparidade.

No final do período de 2021 não foram reconhecidos inventários.

## 10. Ativos e Passivos Financeiros

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos, são reconhecidos ao custo menos as perdas por imparidade, reconhecidas nas rubricas “*Perdas de imparidade acumuladas*”, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro.

Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os montantes reconhecidos na rubrica de “*Caixa e depósitos bancários*” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, ambos imediatamente realizáveis, e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “*Financiamentos obtidos*”, expresso no “*Passivo Corrente*”.

Os passivos financeiros são classificados conforme a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

Os contratos de locação são classificados ou como:

1. locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como,
2. locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

### 10.1 Créditos a receber

No fim do período de 2021 a entidade não reconheceu créditos a receber., dado que os utentes pagam os serviços contra a emissão de Fatura/Recibo.

### 10.2 Diferimentos

A natureza dos diferimentos, ativos e passivos, resume-se conforme o quadro seguinte:

Nota 11.2 do Balanço	2021	2020
<b>Diferimentos Ativo</b>		
Gastos a reconhecer com seguros	115,71	428,78
<b>Diferimentos Passivo</b>		
Rendimentos a reconhecer de subvenções	0,00	10 000,00

### 10.3 Outros ativos correntes

A natureza dos outros ativos correntes resume-se conforme o quadro seguinte:

Nota 11.3 do Balanço	2021	2020
<b>Outros ativos correntes</b>		
Portugal Inovação Social	0,00	22 280,03
Adiantamento a fornecedores	121,24	0,00
<b>Total</b>	<b>121,24</b>	<b>22 280,03</b>

### 10.4 Instrumentos de capital próprio de outras entidades

Ver ponto 6 do Anexo.

### 10.5 Caixa e depósitos bancários

A natureza dos montantes reconhecidos resume-se conforme o quadro seguinte:

Nota 11.5 do Balanço	2021	2020
<b>Caixa de depósitos bancários</b>		
Caixa	170,00	162,07
Depósitos à ordem	8 086,81	9 219,27
Depósitos a prazo	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>8 256,81</b>	<b>9 381,34</b>

Os movimentos das rubricas de caixa e depósitos à ordem são conforme os quadros seguintes:

2021

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	162,07	1 236,76	1 228,83	170,00
Depósitos à ordem	9 219,27	113 440,23	114 572,69	8 086,81
<b>Saldo</b>	<b>9 381,34</b>	<b>114 676,99</b>	<b>115 801,52</b>	<b>8 256,81</b>

2020

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	23,49	1 813,75	1 675,17	162,07
Depósitos à ordem	516,25	50 301,61	41 598,59	9 219,27
<b>Saldo</b>	<b>539,74</b>	<b>52 115,36</b>	<b>43 273,76</b>	<b>9 381,34</b>

### 10.6 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo no fim do período de 2021 da rubrica de fornecedores foi liquidado no primeiro trimestre do período seguinte.

### 10.7 Financiamentos obtidos

No fim do período de 2021 não foram reconhecidos financiamentos.

### 10.8 Outros passivos correntes

A natureza de outros passivos correntes resume-se conforme segue:

Nota do Balanço	2021	2020
<b>Outros Passivos Correntes</b>		
Pessoal (Vencimentos de dezembro)	187,93	1 355,88
Credores por acréscimos de gastos (Remunerações)	0,00	3 653,39
Paróquia de Caíde de Rei	0,00	13 346,92
Outros	3 617,81	7 049,15
<b>Total</b>	<b>3 846,59</b>	<b>25 405,34</b>

## 11. Rendimentos e Gastos

### 11.1 Rendimentos

A entidade reconhece Rendimentos na Demonstração dos Resultados quando surge um aumento dos recursos económicos relacionados com o aumento num ativo, ou com a diminuição de um passivo, este pode ser razoavelmente mensurável, e seja provável que obtenha benefícios económicos futuros.

O rédito inclui somente os influxos brutos de benefícios económicos recebidos e a receber pela entidade de sua própria conta.

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber dos utentes e de outras entidades, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade.

Foram reconhecidos réditos que se desdobram conforme o quadro seguinte:

Rubricas	2021	2020	Variação
Vendas de bens	0,00	0,00	0,00
Prestação de Serviços	742,50	2 638,75	-1 896,25
Subsídios à Exploração	26 325,65	42 768,99	-16 443,34
Outros (Donativos)	3 813,70	10 000,00	-6 186,30
<b>Total</b>	<b>30 881,85</b>	<b>55 407,74</b>	<b>-24 525,89</b>

### 11.2 Gastos

Os Gastos são reconhecidos na Demonstração dos Resultados quando tenha surgido uma diminuição dos recursos económicos da entidade, relacionados com a diminuição de um ativo ou com o aumento de um passivo e possam ser mensurados com fiabilidade.

Os “*Fornecimentos e Serviços Externos*” dos períodos de 2020 e 2021 repartem-se conforme o quadro seguinte:

Descrição	2021	2020	Variação	Δ %
Trabalhos especializados	9 356,61	10 993,44	-1 636,83	-14,9%
Publicidade e propaganda	116,85	18,45	98,40	533,3%
Conservação e Reparação	1 518,44	147,60	1 370,84	928,8%
Despesas Bancárias	53,29	7,20	46,09	640,1%
Ferramentas e Utensílios	57,75	249,10	-191,35	-76,8%
Material de escritório	29,90	76,77	-46,87	-61,1%
Artigos para oferta	100,00	0,00	100,00	0,0%
Outros materiais	217,31	0,00	217,31	0,0%

*Handwritten signature and initials*  
 Luís -

Descrição	2021	2020	Variação	Δ %
Eletricidade	851,52	4 656,42	-3 804,90	-81,7%
Água	129,41	145,74	-16,33	-11,2%
Deslocações, Estadas e Transportes	0,00	0,00	0,00	0,0%
Comunicação	689,94	643,09	46,85	7,3%
Seguros	484,43	701,42	-216,99	-30,9%
Contencioso e notariado	25,00	0,00	25,00	
Limpeza Higiene e Conforto	85,41	299,23	-213,82	-71,5%
Outros serviços	74,23	204,06	-129,83	-63,6%
<b>Total</b>	<b>13 790,09</b>	<b>18 142,52</b>	<b>-4 352,43</b>	<b>-24,0%</b>

## 12. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo divulgados no anexo, exceto se a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

## 13. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

As subvenções e outros apoios concedidos por entidades públicas para compensar 'deficits' de exploração de um dado período imputam-se como rendimento desse período, conforme o parágrafo 14.10 da NCRF-ESNL.

Os subsídios do governo através da Segurança Social são provenientes do protocolo existente para a valência de CATL.

As subvenções obtidas de entidades públicas distribuem-se conforme o quadro seguinte:

Rubricas	2021	2020	Variação
Segurança Social	3 622,32	10 488,96	-6 866,64
Município de Lousada	10 000,00	10 000,00	0,00
Portugal Inovação Social	12 510,86	22 280,03	-9 769,17
IEFP	157,97	0,00	157,97
Outros	34,50	0,00	34,50
<b>Total</b>	<b>26 325,65</b>	<b>42 768,99</b>	<b>-16 443,34</b>

## 14. Instrumentos Financeiros

Ver ponto 10 do Anexo.

## 15. Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Segundo a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte (Vg. ponto 10.8 do Anexo).

O número médio de pessoas ao serviço do Centro Social e Paroquial de Caíde de Rei, na atividade de Centro Atividades de Tempos Livres, no exercício de 2021, foi de 1 pessoas (2 pessoas até abril e uma pessoa durante o terceiro trimestre).

Nos exercícios de 2020 e 2021 o CSP suportou gastos com o Pessoal nos montantes conforme o quadro seguinte:

Gastos com Pessoal	2021	2020
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações do Pessoal	8 155,02	24 162,44
Indemnizações	2 217,70	0,00
Encargos sobre remunerações	1 665,28	5 298,80
Seguros de acidentes de trabalho	326,38	416,68
Outros gastos com o Pessoal	0,00	576,68
<b>Total</b>	<b>12 364,38</b>	<b>30 454,60</b>

## 16. Acontecimentos após a data do balanço

Em março de 2022 a instituição candidatou-se, ao abrigo do PRR, a um financiamento para ampliação no âmbito da valência “Centro de Dia”, estando a aguardar o resultado.

## 17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo), informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, nos prazos legalmente estipulados.

## 18. Outras Notas às Demonstrações Financeiras

No final do ano de 2021 foi subscrito um contrato de remissão de dívida com o credor "Paróquia de Caíde de Rei", em que esta reconheceu a remissão da dívida do CSP no montante de 13.346,92€, a reconhecer em Resultados Transitados a título de cobertura de prejuízos.

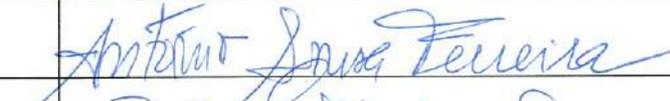
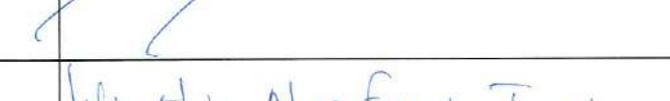
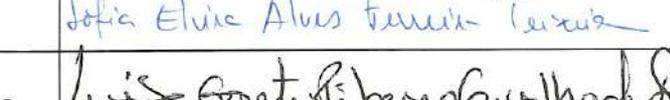
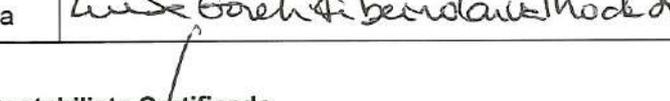
## 19. Outras Divulgações

Os Rendimentos e Gastos foram, respetivamente, obtidos e suportados no mercado interno. Decorrente da pandemia corona vírus (COVID-19), a que acresce o conflito armado na Ucrânia, registou-se um agravamento generalizado do clima de incerteza global com efeitos negativos nas perspetivas de evolução da economia mundial e necessariamente na economia Europeia e nacional.

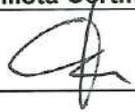
O CSP está ativamente atento aos efeitos que esta situação pode ter no desenvolvimento da sua atividade, designadamente quanto à imprevisibilidade de futuros acordos com a Segurança Social, subvenções e programas de financiamentos publico ao investimento, poderem ser negativamente afetados.

Caíde de Rei, 28 de março de 2022

### A Direção

Presidente António Sousa Ferreira	
Vice-Presidente Adão António Moreira	
Secretário João Filipe Teixeira Pacheco	
Tesoureira Sofia Elvira Alves Ferreira Teixeira	
Vogal Luísa Goreti Ribeiro Carvalho da Silva	

### O Contabilista Certificado

João Carlos Oliveira Leite	
----------------------------	---

## Parecer do Conselho Fiscal

### Relatório e Contas do Exercício de 2021

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 26.º dos Estatutos, vem o Conselho Fiscal do CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CAIDE DE REI apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório e Contas, proposta pela Direção, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Assim, atendendo ao Relatório e Contas e documentação de suporte apresentados pela Direção, procedemos:

- à verificação da observância da lei e do cumprimento dos Estatutos do CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CAIDE DE REI;
- à verificação com a profundidade e extensão consideradas adequadas aos documentos e registos contabilísticos;
- à apreciação do Relatório que sintetiza as atividades desenvolvidas no ano de 2021;
- à apresentação das Contas, através da verificação do Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Anexo às Demonstrações Financeiras do ano de 2021.

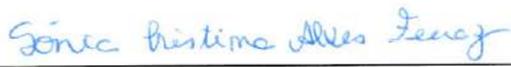
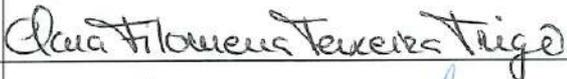
### Parecer

A ação fiscalizadora desenvolvida permite concluir que o Relatório e Contas do exercício de 2021, proposto pela Direção, satisfaz as disposições legais e estatutárias e reflete a atividade desenvolvida e a situação financeira do CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CAIDE DE REI, pelo que somos de parecer que:

- seja aprovado o Relatório e Contas do Exercício de 2021;
- seja aprovada a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício positivo de € 4.453.06 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e três euros e seis cêntimos) para Resultados Transitados.

Caide de Rei, 31 de março do ano de 2022

### O Conselho Fiscal

A Presidente, Sónia Cristina Alves Ferraz	
A secretária, Clara Filomena Teixeira Trigo	
O Vogal, Tiago Armando Magalhães M. Sabino	